

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA: HISTÓRIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Juliane Moraes Souza ¹

Alena Pimentel Mello Cabral Nobre ²

RESUMO

Este artigo analisa a importância da Educação Especial na promoção da Educação Inclusiva dentro da rede pública de ensino, enfatizando seu papel na formação e desenvolvimento de alunos com deficiência. O processo educacional é vital para moldar comportamentos e capacidades individuais, e a integração de práticas inclusivas é fundamental para garantir a aprendizagem plena de todos os estudantes. Uma pesquisa, realizada por meio de uma revisão bibliográfica, investiga as barreiras enfrentadas por esses alunos e as políticas necessárias para uma inclusão efetiva. Os resultados revelam que o acesso físico às escolas é obrigatório, mas não suficiente; é necessário abordar questões pedagógicas e sociais que impactam a aprendizagem, como a capacitação contínua de professores e a estrutura das instituições educativas. Este estudo ainda destaca que a inclusão não se limita a criar vagas nas escolas, mas deve promover um ambiente que respeite e valorize a diversidade de cada aluno. A análise é ancorada em marcos legais relevantes, como a Lei Brasileira de Inclusão e a Declaração de Salamanca, que influenciam as diretrizes educativas no Brasil. Conclui-se que a efetivação da Educação Inclusiva não requer apenas mudanças nas práticas escolares, mas também um compromisso social que reconheça e valorize as potencialidades dos alunos com deficiência. Portanto, para alcançar uma educação de qualidade para todos os públicos, é essencial investir em políticas que promovam a acessibilidade e a formação profissional contínua dos educadores.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Inclusiva, Acessibilidade, Políticas Educacionais, Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva representa um movimento de transformação social, exigindo reestruturações profundas na cultura, nas políticas e nas práticas pedagógicas das instituições escolares brasileiras. Avaliar criticamente a história da Educação Especial e suas interfaces com a Educação Inclusiva é fundamental para compreender as conquistas e desafios presentes na rede pública de ensino. Neste contexto, oferece-se destaque à relevância do atendimento educacional especializado para crianças com

¹ Mestranda pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, da Universidade de Pernambuco – UPE, juliane.moraess@upe.br;

² Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, alena.nobre@upe.br.



deficiência, aliado à necessidade do respeito à diversidade como princípio formativo.

Estudos e legislações recentes, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão e da Declaração de Salamanca, vêm impulsionando políticas públicas que vão além do acesso físico à escola, colocando em evidência barreiras pedagógicas, sociais e estruturais que impactam a aprendizagem dos alunos com deficiência. Assim, este artigo tem como objetivo analisar a trajetória da Educação Especial, relatar as barreiras enfrentadas na rede pública e discutir políticas que favoreçam uma inclusão efetiva. Partiu-se de uma revisão bibliográfica que dialogou com autores de referência, situou avanços e limitações da realidade escolar e propôs reflexões sobre o compromisso coletivo para a promoção de uma educação de qualidade para todos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa, voltado à análise das bases históricas, teóricas e práticas da Educação Especial e Inclusiva na rede pública brasileira. O procedimento metodológico envolveu a busca, seleção e análise crítica de obras clássicas e atuais, priorizando autores de referência como Ramal (2019), Januzzi (2004), Glat, Fontes e Pletsch (2006) e Alves (2009), assim como legislações nacionais (Brasil, 2001, 2016) e documentos internacionais (Declaração de Salamanca, 1994). Os materiais foram acessados em plataformas acadêmicas reconhecidas e repositórios digitais confiáveis, utilizando descritores como “educação especial”, “educação inclusiva”, “acessibilidade” e “políticas educacionais”.

O estudo partiu do pressuposto de que a pesquisa bibliográfica permite mapear avanços, identificar lacunas e fundamentar críticas e proposições para o campo educacional, conforme destacam Gil (1994) e Minayo (2019). O levantamento teórico não se restringiu à simples revisão do estado da arte, mas incorporou uma análise comparativa das contribuições dos autores, bem como a relação entre marcos legais e práticas escolares, situando o debate também frente aos desafios recentes.

Por tratar-se de uma abordagem teórico-documental, não houve coleta de dados primários, utilização de instrumentos junto a sujeitos ou aplicação de questionários, dispensando assim aprovação ética e o uso de imagens. A opção metodológica adotada possibilitou construir um panorama crítico amparado nas contribuições consolidadas da literatura, fornecendo subsídios para o entendimento das barreiras, políticas e perspectivas para uma educação inclusiva efetiva no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

¹ Mestranda pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, da Universidade de Pernambuco – UPE, juliane.moraess@upe.br;

² Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, alena.nobre@upe.br.

1. A História da Educação Especial

A trajetória da Educação Especial no Brasil revela uma evolução marcada tanto por avanços significativos quanto por resistências e rupturas, refletindo as transformações sociais, culturais e políticas do país ao longo dos séculos (BOAS, 2018; BATISTA, 2016). Nos primórdios da civilização ocidental, indivíduos com deficiências eram frequentemente alvos de práticas de exclusão ou abandono, muitas vezes associados a julgamentos religiosos e superstições que os marginalizavam do convívio social (JANUZZI, 2004; BATISTA, 2016). Apenas com o passar dos séculos, especialmente a partir do Iluminismo e das ideias humanistas, é que emergiu a noção do direito à proteção e à instrução dessas pessoas.

O século XIX foi decisivo para a institucionalização da Educação Especial no Brasil, com a criação de instituições pioneiras como o Instituto Benjamin Constant (para cegos) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), ambos no período imperial, sinalizando o início de políticas específicas voltadas para este público. No entanto, o atendimento era centrado em abordagens assistencialistas e segregadoras, com forte influência da filantropia e do discurso médico-religioso (BRASIL, 2001). Durante grande parte do século XX, prevaleceu o modelo da institucionalização, marcado pela segregação em escolas ou classes especiais e pela baixa expectativa em relação à aprendizagem das pessoas com deficiência (JANUZZI, 2004).

Somente a partir das décadas finais do século XX, impulsionado por mobilizações sociais, lutas por direitos civis, influência de tratados internacionais e avanço da produção científica, é que o paradigma da inclusão começou a ganhar espaço no Brasil (GLAT, FONTES & PLETSCHE, 2006; Mazzotta, 2005; BRASIL, 1994). Esse novo contexto provocou uma profunda reorientação das políticas públicas educacionais: da predominância do isolamento e da assistência pontual à defesa incondicional da escolarização em turmas comuns, articulando a Educação Especial como suporte e recurso complementar à educação regular.

A promulgação da LDBEN em 1961 e suas atualizações posteriores, sobretudo após a Declaração de Salamanca em 1994, consolidaram legalmente o direito à educação inclusiva, demandando do sistema educacional ações concretas para assegurar o acesso, a permanência e o sucesso de TODOS os estudantes, independentemente de suas condições (BRASIL, 1994; BATISTA, 2016). Nesse percurso, a Educação Especial é reconhecida como modalidade transversal, responsável pelo Atendimento Educacional Especializado e pelo apoio à flexibilização curricular, recursos didáticos e formação de professores. Entretanto, mesmo com conquistas marcantes, desafios estruturais e culturais ainda são

¹ Mestranda pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, da Universidade de Pernambuco – UPE, juliane.moraess@upe.br;

² Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, alena.nobre@upe.br.

amplamente enfrentados, revelando a necessidade de avanços contínuos na política e na prática escolar (GLAT & BLANCO, 2009; SEMIS, 2017).

Assim, o estudo da história da Educação Especial evidencia um caminho de resistência, reivindicação de direitos e mudanças paradigmáticas, que repercutem até os dias atuais nas diretrizes, programas e práticas da escola pública brasileira.

2. Educação Especial e Inclusiva: Convergências

A Educação Especial no Brasil contemporâneo não é mais vista como um subsistema isolado e paralelo, mas como uma modalidade transversal essencial para promover práticas verdadeiramente inclusivas no ambiente escolar (GLAT & BLANCO, 2009). Essa integração é fundamentada em avanços legais marcantes, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que assegura a obrigatoriedade dos sistemas educacionais serem acessíveis em todos os níveis, prevendo ajustes razoáveis, comunicação alternativa, avaliações flexíveis e formação adequada aos docentes (BRASIL, 2016).

A literatura ressalta que a inclusão não se reduz à existência física de vagas nas escolas regulares, mas demanda um movimento institucional amplo: estruturando espaços, revisando o projeto pedagógico, oferecendo formação continuada para professores e expandindo recursos didáticos, acessibilidade e participação de todos os atores da comunidade escolar (GLAT & BLANCO, 2009; RAMAL, 2019). A centralidade de políticas públicas robustas, aliada ao compromisso efetivo dos gestores e educadores, é apontada como condição indispensável para que a inclusão escolar transcenda o plano normativo e se concretize como realidade nas práticas diárias (ALVES, 2009).

Assim, a convergência entre Educação Especial e Inclusiva no Brasil está fortemente vinculada à evolução dos direitos civis, à presença de marcos legais e ao entendimento de que a equidade educacional só é possível mediante o reconhecimento, a valorização e o atendimento à singularidade de cada estudante. Essa perspectiva coloca a escola como espaço coletivo de diversidade, respeito e aprendizagem para todos — um desafio permanente, mas inegociável dentro do cenário democrático contemporâneo (BRASIL, 2016; GLAT & BLANCO, 2009).

3. Desafios Atuais da Inclusão na Rede Pública

Os desafios para consolidar a Educação Inclusiva nas escolas públicas brasileiras ainda são múltiplos e complexos, mesmo diante dos marcos legais e avanços normativos já alcançados. Estudos de Alves (2009) ressaltam que a implementação de práticas inclusivas depende de um investimento contínuo em políticas públicas, especialmente

¹ Mestranda pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, da Universidade de Pernambuco – UPE, juliane.moraess@upe.br;

² Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, alena.nobre@upe.br.

quanto à formação docente, estruturação dos ambientes escolares e disponibilidade de recursos didáticos acessíveis. Faltam infraestrutura adequada, materiais adaptados, tecnologias assistivas e ações que garantam acessibilidade física e comunicacional para todos os estudantes.

A análise de dados divulgados em reportagens e organismos oficiais (SEMIS, 2017) revela que uma proporção significativa das unidades escolares ainda carece de rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil e dispositivos básicos de acessibilidade. Barreiras atitudinais—como o preconceito, o desconhecimento e a resistência dos profissionais e da comunidade escolar—agravam ainda mais o cenário, dificultando a criação de uma cultura realmente acolhedora e inclusiva.

Essas barreiras estruturais e culturais resultam em dificuldades para a permanência e o progresso escolar de muitos alunos público-alvo da educação especial. Boas (2018) sinaliza que, em muitos casos, a inclusão ainda é percebida apenas como cumprimento formal da lei, sem que haja mudanças substantivas nas práticas pedagógicas e na valorização da diversidade no cotidiano. A superlotação de salas, o baixo índice de professores capacitados em educação especial e a insuficiência de profissionais de apoio—como intérpretes de Libras ou auxiliares de sala—limitam a efetividade das iniciativas.

Diante desse contexto, a inclusão escolar demanda, cada vez mais, a articulação de redes de apoio integrando escola, família, profissionais especializados e órgãos gestores, conforme indicam ALVES (2009) e BOAS (2018). Tais redes são fundamentais para promover intervenções pedagógicas individualizadas, sensibilizar a comunidade educativa, implementar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de modo articulado à escola regular e fomentar o protagonismo da pessoa com deficiência. Só assim será possível assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a aprendizagem e a valorização das singularidades de cada estudante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica sobre educação especial e inclusiva na rede pública brasileira revela avanços legais nos últimos anos, especialmente com a incorporação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), da Declaração de Salamanca e do recente Decreto n.º 12.686/2025, instrumentos que consolidam o direito ao acesso, permanência e aprendizagem de pessoas com deficiência e TEA nas escolas regulares, conforme apontam Glat, Fontes e Pletsch (2006) e ratifica Brasil (2016). Essas legislações direcionam a construção de políticas públicas que visam a garantia de oportunidade

¹ Mestranda pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, da Universidade de Pernambuco – UPE, juliane.moraess@upe.br;

² Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, alena.nobre@upe.br.

igualitária para todos os estudantes, considerando as singularidades e necessidades de cada um.

Contudo, autores como Alves (2009) e Boas (2018) ressaltam que a existência da legislação, apesar de fundamental, não é suficiente para assegurar a inclusão efetiva. Barreiras estruturais, como a pouca acessibilidade física das escolas, bem como barreiras pedagógicas e atitudinais, persistem e dificultam a participação plena dos alunos com deficiência no espaço escolar. Além disso, o próprio Censo Escolar evidencia que, embora tenha havido ampliação do acesso nas últimas décadas, muitos estudantes ainda enfrentam desafios quanto à permanência e à aprendizagem em função da falta de recursos adaptados, de profissionais capacitados e do apoio institucional necessário (SEMIS, 2017; Brasil, 2025).

A literatura destaca a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), não como substituto da educação em sala comum, mas como suporte relevante para a permanência, o desenvolvimento social e a potencialização das capacidades dos alunos (Glat & Blanco, 2009; Brasil, 2025). O AEE, conforme previsto na Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, deve constituir um serviço transversal articulado ao projeto pedagógico das escolas, contando com o envolvimento de professores, família e equipe multiprofissional para superar barreiras específicas enfrentadas pelo aluno.

Outro aspecto central identificado foi a necessidade da formação continuada de professores e do trabalho interprofissional, tema ressaltado por Januzzi (2004) e Boas (2018). O aprimoramento dos saberes docentes é indispensável para a prática de uma educação inclusiva, e envolve não apenas cursos formais, mas também a construção de redes de apoio, a escuta ativa das famílias e a participação dos próprios estudantes no processo educativo.

Os movimentos sociais e coletivos de pessoas com deficiência tiveram papel decisivo na construção desses avanços, como reconhecem Santos (2014) e Glat, Fontes & Pletsch (2006). A atuação dessas organizações contribuiu para pressionar governos, inspirar a legislação nacional e garantir que princípios internacionais de direitos humanos fossem incorporados à realidade brasileira.

Dessa forma, os resultados deste estudo corroboram a tese de que garantir somente o acesso não assegura, por si só, a aprendizagem e a permanência dos estudantes com deficiência nas escolas. Para além da matrícula, é imprescindível que as políticas públicas sejam efetivadas com oferta de recursos, formação e práticas pedagógicas inclusivas, respeitando-se as potencialidades e diferenças de cada aluno (Kassar, 2007; Carvalho,

¹ Mestranda pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, da Universidade de Pernambuco – UPE, juliane.moraess@upe.br;

² Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, alena.nobre@upe.br.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste estudo permitem concluir que, apesar do importante avanço proporcionado por legislações como a LBI e o Decreto 12.686/2025, ainda persistem barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais no cotidiano das escolas públicas brasileiras (Alves, 2009; Boas, 2018; Glat, Fontes & Pletsch, 2006; Brasil, 2025). As análises indicam que políticas inclusivas criam o marco legal indispensável, mas sua efetivação depende de condições materiais, recursos humanos especializados e engajamento institucional – condições nem sempre garantidas no âmbito das redes públicas.

O simples acesso físico dos estudantes com deficiência ou necessidades especiais à escola, por si só, não tem assegurado a aprendizagem plena nem a permanência com qualidade. Observa-se que a falta de acessibilidade pedagógica, a ausência de materiais didáticos adaptados, a formação insuficiente dos professores no tema, bem como o déficit de apoio interprofissional (como profissionais de AEE, cuidadores e intérpretes), resultam em desafios práticos e comprometem a efetividade das políticas.

Além disso, a literatura e os dados analisados reforçam a importância do protagonismo das famílias, das associações de apoio, dos movimentos sociais e da escuta ativa dos próprios estudantes como aliados estratégicos para pressionar por melhores condições, fiscalizar o cumprimento das normas e fomentar práticas mais sensíveis e inovadoras dentro das unidades escolares (Boas, 2018; Alves, 2009).

Assim, para democratizar de fato a educação e valorizar a diversidade, não basta normatizar a inclusão. É essencial transformar o cotidiano das escolas por meio do compromisso político, da mobilização social e do incentivo a pesquisas empíricas que avaliem a implementação efetiva das políticas em realidades locais diversas. O desafio proposto é fomentar espaços coletivos de diálogo, promover práticas pedagógicas flexíveis e investir com prioridade em formação continuada, recursos acessíveis e monitoramento permanente, mantendo como horizonte a equidade — não apenas no discurso, mas na experiência real de cada estudante.

Deste modo, a busca pela valorização das singularidades humanas, pelo acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos deve ser visão-guia para um futuro escolar mais justo, inclusivo e ético para todo o sistema público brasileiro.

AGRADECIMENTOS

¹ Mestranda pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, da Universidade de Pernambuco – UPE, juliane.moraess@upe.br;

² Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, alena.nobre@upe.br.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa, essencial para o aprimoramento da minha formação e para o desenvolvimento desta pesquisa, que visa contribuir com a qualidade da educação inclusiva no Brasil. Minha gratidão também à professora Alena Pimentel Mello Cabral Nobre pela dedicação, orientação e incentivo constante ao longo da jornada acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. Inclusão, muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro: WAK, 2009.

BATISTA, Maria Thaís de Oliveira. A alfabetização de crianças com deficiência intelectual: uma proposta inclusiva. In: Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA15_ID22_22_10102016200159.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

BOAS, Gilmara. Retrospecto histórico da pessoa com deficiência na sociedade. São Luís, MA: Portal Educação, 2018. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/retrospecto-historico-da-pessoa-com-deficiencia-na-sociedade/48757>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica. MEC/SEESP, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos is. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GLAT, Rosana; FONTES, Rosana; PLETSCHE, Maria Denise. Desenvolvimento de um processo de transformação das concepções teóricas e das práticas da Educação Especial. In: GLAT, Rosana. Educação especial e educação inclusiva: desafios e possibilidades. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007. p. 15-36.

JANUZZI, Gilberta Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

KASSAR, Monica Carvalho Magalhães. Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala? In: GÓES, Maria Cristina da Rocha; LAPLANE, Ana Lúcia Figueiredo (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

RAMAL, Andréia. Educação no Brasil: um panorama do ensino na atualidade. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS, Almeida Emilene. Educação inclusiva. Barra de São Miguel, 2014. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/emilenealmeidasilva/educacao-inclusiva-42615825>. Acesso em: 30 out. 2025.

SEMIS, Laís. Apenas 26% das escolas públicas são acessíveis aos portadores de deficiência. Nova Escola, 2017. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1851/apenas-26-das-escolas-publicas-sao-acessiveis-aos-portadores-de-deficiencia>. Acesso em: 30 out. 2025.

¹ Mestranda pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, da Universidade de Pernambuco – UPE, juliane.moraess@upe.br;

² Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, alena.nobre@upe.br.